

DAS CIDADES INTELIGENTES ÀS METATOPIAS URBANAS

FROM SMART CITIES TO THE URBAN METATOPIAS

José Pinheiro Neves

Centro de Estudos Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, Braga [PT]

jpneves@ics.uminho.pt

Resumo

Adoptando a forma de um ensaio teórico inspirado num estudo exploratório, este artigo aborda, em primeiro lugar, a crise do urbanismo devido aos problemas ambientais e sociais. Em segundo lugar, valoriza as novas formas de conceber e planear a vida urbana. Descreve, em seguida, algumas experimentações práticas numa cidade portuguesa de média dimensão, formas ativas e inteligentes de cidadania urbana utilizando as redes digitais, repensando as cidades inteligentes da datacracia. Baseia-se em entrevistas realizadas a participantes num fenómeno que acompanha, como efeito não previsto, o crescimento dos centros urbanos: a paleopolítica dos coletivos urbanos que apontam para a metatopia da cidade ecológica governada pelo comum. Finalmente, esboçam-se algumas questões sobre o futuro das cidades num contexto de crise global do nosso ecossistema.

Palavras-chave: datacracia, urbanismo, sustentabilidade urbana, metatopia, cidades inteligentes

Abstract

Taking the form of a theoretical essay inspired by an exploratory study, this article addresses, firstly, the urbanization crisis due to environmental and social problems. Second, it values new ways of designing and planning urban life. Then, it describes some practical experiments in a medium-sized Portuguese city, active and intelligent forms of urban citizenship using digital networks, rethinking the smart cities of datacracy. It is based on interviews with participants in a phenomenon that accompanies, as an unforeseen effect, the growth of urban centers: the paleopolitics of urban collectives that point to the metatopia of the ecological city governed by the common. Finally, some questions about the future of cities in a context of global crisis of our ecosystem are outlined.

Keywords: datacracy, urbanism, urban sustainability, metatopia, smart cities

O Mallarmé dizia que, na nossa cidade, existe uma outra cidade, e que essa é a cidade dos humanos. Não é apenas a cidade daqueles que a habitam, que são proprietários dela, que nela são forçados a viver. Existe uma outra cidade. Essa frase do Mallarmé pode ser aplicada à política. Além da política formal, existe uma outra política, que tem a ver com a comunidade dos humanos e não com a comunidade daqueles que fazem parte de uma estrutura formal, rígida. Se aceitarmos que a dimensão política essencial é a dos que habitam a Terra no seu conjunto, serão mais fortes politicamente os actos que são capazes de dar sentido a esse habitar humano da Terra. Esta tensão tem de estar dentro da política, senão facilmente é capturada por outros poderes (económicos, militares, de soberania).

José Bragança de Miranda

Perante a catástrofe ecológica e social que se avizinha, o conceito de cidade não pode continuar a ser “distorcido” por uma cegueira do “económico”, no sentido de desprezar o “comum”. O conceito de “cidade inteligente” é atualizado de forma repetitiva como uma cosmética falando do sonho de uma utopia tecnológica em que as cidades seriam geridas, de forma perfeita (ou quase), por algoritmos complexos que as máquinas digitais permitem pela sua capacidade de trabalhar os enormes fluxos de informação. Se tivermos em conta os exemplos já existentes ou previstos de “Smartcities”, o que se avizinha não é nada de bom¹.

No entanto, sugere-se que, apesar de tudo, há um aspeto positivo no debate sobre as *Smart Cities*. Há um lado positivo que talvez consiga transformar ainda e diminuir, pelo menos nos seus efeitos mais cruéis, a catástrofe do humano, o domínio distópico, o perigo iminente, exemplificado por películas de ficção científica como *Blade Runner*. O perigo distópico iminente, glosando o título em português europeu de *Blade Runner* (Perigo Iminente), é também justamente personificado neste filme, num personagem concetual. O filme é, todo ele, um aviso urgente de um futuro próximo. E ela, a catástrofe, não é apenas ambiental, abrange todo o ecossistema onde vive o humano. A catástrofe para

1 Ver o exemplo do projeto de “cidade inteligente”, previsto desde 2012, numa zona próxima do Porto, Portugal (Bosch, 2017).

que *Blade Runner* aponta e nos faz desviar o nosso olhar é a autêntica hecatombe provocada pelas cidades “inteligentes” dominadas pela figura do “empresário”, a destruição criadora defendida pelo *guru* da ciência económica, Schumpeter (Andrade, 2005: 146).

Para se ter uma noção da importância da resistência à catástrofe que se avizinha, descrevemos algumas experiências de urbanizar, de ser cidade que são como pequenas luzes no meio da escuridão. São, acima de tudo, experimentações que se fazem sem dogmatismos, não sendo nem destrutivas como as distopias, nem demasiado sonhadoras, como as utopias. Uma nostalgia virada para o futuro, para o aqui e agora como possíveis que estão a ser concretizados, uma metatopia. “O mundo possível representa uma fase futura do mundo real presente” (Eco, 1989: 202).

Adopta-se, neste texto, a forma de um ensaio teórico inspirado num estudo exploratório. A formulação ensaística, complementada com dados empíricos, pode ser imensamente útil e válida epistemologicamente pelos “indícios” micro que permitem compreender macro-fenómenos emergentes, ou seja, como, a partir de uma experimentação de diferença, podemos entender o que se repete nomeadamente o perigo do discurso tecnológico das *Smart Cities*². Pretende-se articular a reflexão teórica com “distinções entre fenómenos específicos dentro da apreensão abrangente, [...] relações [...] entre proposição abstrata e realidade concreta” (Braga, 2008: 75).

Nesse sentido, a informação empírica baseia-se numa investigação exploratória sobre o movimento estético alternativo na cidade de Braga orientada por Teresa Mora da Universidade do Minho (Freitas et al. 2018). Esta informação foi complementada com informação recolhida em jornais e pela experiência pessoal do autor do artigo que acompanha (participando em algumas atividades), desde há anos, o fenómeno em causa. Também se recorre à comparação com outros exemplos de *common-cities* nomeadamente na Alemanha e na Índia (Bosch, 2017).

Resumindo, este artigo aborda, em primeiro lugar, a crise do urbanismo provocada pelos problemas ambientais e sociais. Em segundo lugar, valoriza as novas formas ecologistas de conceber a vida urbana criticando a perspetiva tecnocrata que se esconde por detrás do conceito de “cidade inteligente”. Descreve, em seguida, algumas experimentações práticas, micro-territorialidades, numa

2 A cegueira não se deve apenas a uma deficiência cognitiva que deveria ser tratada. A cegueira tem origens mais profundas: ela não se reduz a um problema de argumentação lógica. É também algo que atravessa o que sentimos e o sentido comum da justiça. O seu problema é, de algum modo, o seu lado mais forte deve-se ao fato de a ciência económica, suportada pelo domínio da ambição egoísta do lucro, estar carregada de fetiches religiosos que nos são transmitidos a todo o momento. O discurso dominante dos mercados é sempre “económico” dominando os debates sobre as cidades. Por isso, na visão dogmática e religiosa da economia, não se trata de uma questão de conhecer mas sim de reler os livros sagrados da economia baseados no mito do *homo economicus* que esquece o sentido do comum, o sentido da dádiva e da reciprocidade. “Segundo Benjamin, o capitalismo não representa apenas, como acontece em Weber, uma secularização da fé protestante, mas é ele próprio um fenómeno religioso, que se desenvolve de modo parasitário a partir do cristianismo” (Agamben, 2013).

cidade portuguesa, formas ativas e inteligentes de cidadania urbana utilizando as redes digitais. Baseia-se em entrevistas realizadas a participantes num fenómeno que acompanha, como efeito não previsto, o crescimento dos centros urbanos: os coletivos urbanos que apontam, numa metatopia, para a cidade sustentável, a cidade ecológica governada pelo comum. Finalmente, esboçam-se algumas questões sobre o futuro das cidades e do “comum” num contexto de crise global do nosso ecossistema.

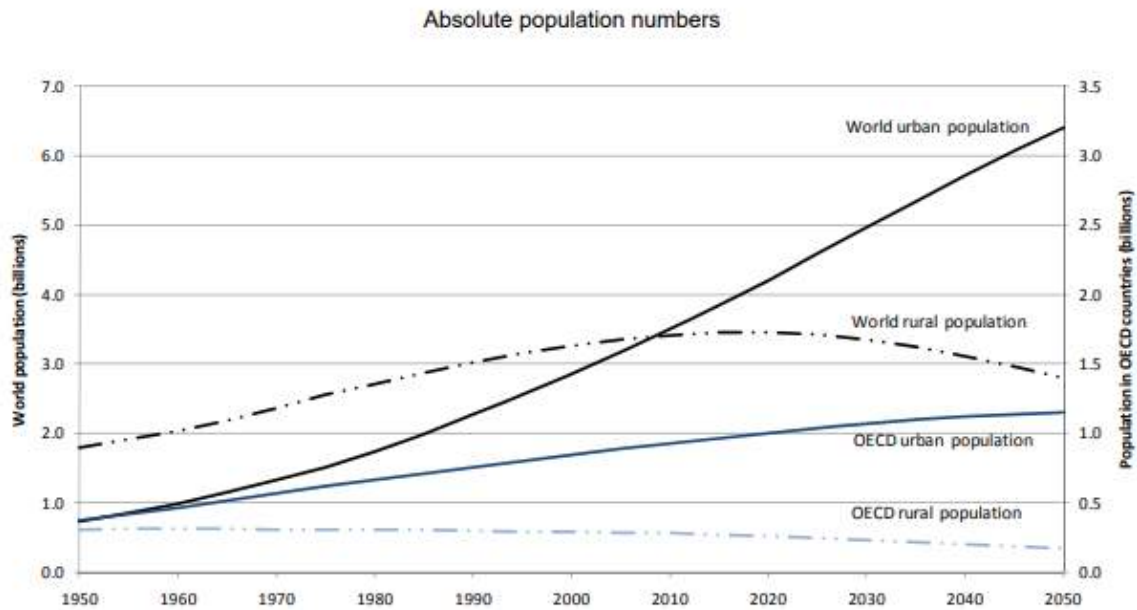
1. Da insustentabilidade das cidades

Perante o futuro negro que se avizinha para o nosso planeta, não é possível continuar a meter a cabeça na areia, como o faz o autismo da gestão urbana da “datacracia”, uma governação das cidades que privilegia o uso, por especialistas e políticos, das bases de dados e dos *big data*³. Tudo indica que

“o esbanjamento, o desperdício e a poluição na biosfera, estão a colocar o planeta à beira de graves crises ecológicas e sociais: mudanças climáticas, desertificação, desflorestação, diminuição da biodiversidade, restrição da água potável e aumento devastador das pegadas ecológicas, que interferem e revelam a grave crise social do capitalismo” (Rodrigues, 2011: 35).

Segundo os dados da Organização das Nações Unidas, em 2007, “cerca de 74% da população dos países mais desenvolvidos vivia em áreas urbanas”. Em 2008, “a população mundial a viver em centros urbanos excedeu o número de pessoas a viver em zonas rurais” (Marques, 2009: 54).

3 “Imersos num enxame de dados, tornando-se fontes de dados, os cidadãos urbanos estão testemunhando a transformação dos regimes tradicionais e cívicos em "Datacracias", nos quais os bancos de dados desempenham um papel cada vez maior nos processos administrativos de tomada de decisão. Novas ciências sociais quantitativas, usando teorias computacionais para prevenir interações sociais, podem detectar anomalias, comparar cenários e ajustar variáveis para ajudar a construir uma melhor gestão. Mas a mera digitalização não pode, por si só, eliminar todos os obstáculos cognitivos que tanto os governantes quanto os usuários da Internet enfrentam hoje. Apesar de ser um muito útil auxiliar para o processo de tomada de decisão racional, os resultados do *Big Data* podem, quando equivocados, tornar-se instrumentos de controle, repressão e retaliação” (Antunes, 2017. Tradução nossa).

Figure 1.1 Urban and Rural Population in the World and the OECD

Source: Own calculations based on data from the UN Population Database (2009).

Fonte: Kamal-Chaoui and Robert (2009, 22).

Os efeitos das cidades, na crise ambiental, são devastadores ao serem consumidoras de enormes quantidades de energia contribuindo assim para o efeito do aquecimento global (Kamal-Chaoui et al. 2009, 3). Por outro lado, “o funcionamento das cidades depende em muito de longas cadeias de abastecimento”. Não há dúvidas que “os efeitos do pico do petróleo irão ter implicações na população urbana mundial e não só nos países mais industrializados” (Marques, 2009: 54). Tendo apenas em conta o abastecimento alimentar, “as implicações directas do ‘pico do petróleo’ na capacidade das cidades alimentarem uma população urbana crescente poderão ser catastróficas” (Marques, 2009: 54).

Essa situação vai implicar alterações urgentes no processo de planeamento e gestão das cidades, não se podendo continuar com um discurso formal, uma mudança cosmética, carregado apenas de boas intenções ecologistas.

Partindo desta realidade, existem indícios de que emerge um novo urbanismo, uma nova forma de viver nas cidades que recusa a ilusão do *branding* ideológico das “cidades inteligentes” – a datacracia. Na visão tradicional, as novas oportunidades de emprego criadas pelas grandes concentrações urbanas, surgidas com o capitalismo informacional, dão a ilusão que aí está o “El Dorado” do êxito. O marketing das grandes cidades inteligentes, segundo a lógica do “branding”, deveria ter como

prioritário este segmento-alvo e manipular as massas e as grandes empresas (ou as mais “empreendedoras”) de forma a acreditarem nessa grande ilusão⁴.

Façamos uma breve resenha sobre o urbanismo no século XX. Nos tempos posteriores à segunda guerra mundial, a reconstrução das cidades exigiu “um importante esforço de teorização sobre a questão urbana” tendo em conta as “questões de distribuição da renda e da propriedade e da democratização”. Contudo, a teorização “estava fortemente comprometida com a realidade socioeconómica dos países capitalistas”, baseada no pensamento económico neoclássico “com a sua visão acrítica do mundo social” e dos ecossistemas como um todo (Cano, 1989: 63)⁵.

O planeamento tendeu a ser baseado numa perspectiva *top-bottom*, de cima para baixo.

“O planeamento urbanístico tende a valorizar os grandes projetos e as grandes funções urbanas. Os valores que estão subjacentes a este urbanismo são, sobretudo, valores económicos – tornar as cidades competitivas –, valores fundiários e imobiliários. Construimos cidades competitivas, cidades que se especializam e outras que se elitizam. Temos territórios competitivos e territórios consumíveis e se tornam aptos para fins lúdicos” (Vaz, 2017).

A resposta dada pelos políticos tradicionais, através do urbanismo clássico, apostando no planeamento mimético de grandes infra-estruturas, não é suficiente pois implica altos custos financeiros podendo conduzir a um desastre do ponto de vista social e ecológico.

A tendência macro para a urbanização é cada vez maior devido à lógica de expansão do capitalismo e à destruição catastrófica dos modos de vida pré-capitalistas e comunitários, as sociedades “arcaicas” da dádiva (Mauss, 2007). Uma tendência que faz parte da sua genética ou genealogia, está no

4 “Richard Florida, no seu último livro *The New Urban Crisis: How Our Cities Are Increasing Inequality, Deepening Segregation, and Failing the Middle Class — and What We Can Do About It*, [...] descreve os efeitos adversos que o sucesso global das grandes cidades criaria. Esses efeitos seriam resumidos no paradoxo de que cada vez mais gente migra para as cidades em busca de um futuro, mas estas cada vez mais acham mais complicado converter o seu crescimento em bem-estar. As cidades produzem crescimento económico, mas não conseguem partilhar os seus benefícios. Um dos exemplos mais ilustrativos dessa situação é o das cidades americanas revitalizadas pelo fenómeno de *startups* e os gigantes tecnológicos. Áreas metropolitanas que antes estavam estagnadas, como San Francisco ou Seattle, tornaram-se cidades globais graças ao impulso de grandes empresas de tecnologia. Mas, ao longo do caminho, esse processo gerou externalidades negativas, como o aumento exorbitante do preço da habitação e a expulsão de bolsas de bairro em áreas da cidade. Foram criados paraísos urbanos que estão fora do alcance da maioria” (Gutiérrez-Rubí, 2016: 10, Tradução nossa).

5 A crise da urbanização é, acima de tudo, uma crise na forma como gerimos a coisa pública, a res pública. “A crise do território ou da urbanização (cidade é apenas uma metáfora literária) é a crise das coisas públicas, da res publica, e só se clarificará quando conseguirmos clarificar quem nos governa, com que objetivos e, sobretudo, como queremos ser governados para lá das retóricas fechadas onde nos colocam – os mercados, a competitividade, a globalização, o empreendedorismo, a natureza, o ambiente... e outras palavras para rever ou destruir” (Domingues, 2018: 8).

coração da euforia. Nesse sentido, apesar da diminuição acentuada da qualidade de vida em muitas zonas dos grandes centros urbanos, continua-se a desertificar as pequenas cidades e os centros rurais aumentando ainda mais a concentração populacional nos arredores das grandes cidades por questões essencialmente económicas, pelas possibilidades de emprego e de acesso a redes criativas.

Essas grandes cidades estão, para além da degradação da qualidade de vida dos seus habitantes, em vias de serem ainda mais insustentáveis levando muitos dos seus habitantes a sonharem com um regresso utópico a cidades médias, pequenas e aos aglomerados rurais (novos híbridos rurais/urbanos) de origem invertendo o sentido da clássica migração campo-cidade que caracterizou os séculos XIX e XX.

Estamos perante uma relação ambivalente, como diria o sociólogo Zygmunt Bauman, que leva a que, se, por um lado, aumenta a atração para a cidade, por outro também se desenvolve uma repulsão onde milhares de urbanos anseiam, nos seus tempos livres, por migrar temporariamente aos seus locais de origem alimentando a indústria de um turismo rural pouco sustentável, globalista (e não glocalista) que cria a ilusão do nómada e da liberdade.

Os exemplos da degradação da vida nas cidades não faltam: os problemas da poluição atmosférica causada pelo uso do automóvel - o paradigma do capitalismo dos hidrocarbonetos -, problemas no abastecimento de água potável, violência urbana, a desertificação dos centros urbanos, a proliferação de um turismo pouco sustentável, a solidão dos idosos, o aumento dos “sem abrigo”, etc.. De acordo com um relatório da Comissão Europeia, os efeitos negativos das cidades podem ser maiores que os efeitos positivos.

“Tem sido sugerido que os efeitos de aglomeração têm limites e que as externalidades negativas que podem resultar da aglomeração - como congestionamento de tráfego, aumento de preços e falta de moradias populares, poluição, expansão urbana, aumento dos custos de infraestrutura urbana, tensões sociais e maiores taxas de criminalidade - podem superar os benefícios. Além dos custos económicos diretos de uma diminuição na eficiência da economia, há também o custo adicional de um ambiente degradado, problemas de saúde e uma qualidade de vida reduzida” (European Commission, 2011: 4. Tradução nossa).

As cidades tendem a parecer-se cada vez mais “iguais” numa lógica de “não-lugar”⁶, violentas e desumanas, esquecendo a lógica sagrada da “dádiva” e do sentido do comum. Foram criadas seguindo

6 As cidades, nas suas margens e multitudes, são cada vez mais habitadas por “elementos extremados da vida nua [cidadão desprovido dos seus direitos de cidadania], habitantes do não-lugar. Podemos estender a lista, já num *dégradé*, aos imigrantes ilegais sem documentação, aos bairros degradados das minorias étnicas, aos “sem-abrigo”, aos desempregados sem emprego estável [“os precários”], aos infetados com o vírus da AIDS, aos toxicodependentes, à prostituição, etc. Em parte, na sociedade atual, podemos capturar muito disso nas novas condições de existência,

a lógica do “marketing”, “branding” e as necessidades de expansão dos empreendedores com uma “violência criativa”, o lema da inovação económica⁷.

Na verdade, todos sabemos que não são nem os planeadores, nem os agentes políticos tradicionais que moldam de fato as cidades. São os agentes ditos “inovadores” do campo económico que afetam o crescimento das grandes cidades. O mercado domina tudo abalando a aparente autonomia da esfera do comum, a esfera do político (ver os casos de corrupção económica que já se tornou sistémica, segundo alguns politólogos).

2. Das formas de resistir nas cidades

A questão principal será então a de saber como se processa a construção de um novo urbanismo capaz de tornar as cidades do futuro mais sustentáveis e inteligentes. Quais são os fatores sociais, políticos e institucionais que o poderão impulsionar? E uma outra questão que contextualiza melhor o problema: de que forma a tecnologia digital pela lógica colaborativa e pelo seu acesso ubíquo e descentralizado poderá ser mais um fator de cidadania e menos um novo *Big Brother* distópico conhecido pelo domínio do uso centralizado dos algoritmos baseados na gestão da enorme quantidade de informação acumulada pelos *big data*, uma “datacracia” que domina as abordagens sobre as “cidades inteligentes”?

O conceito de cidades inteligentes (*Smart Cities*) tem vários matizes mas tende a ser pensado pela governação da datacracia. A ideia é “automatizar funções do dia-a-dia que sirvam pessoas, edifícios, sistemas de tráfico” (Fernandes, 2016: 19). Contudo, há ainda uma definição do conceito que enfatiza a inteligência, e não a esperteza (tradução literal da palavra inglesa *smart*), da cidadania (*Smart Citizen*) “na forma como permitem que se possa acompanhar, compreender, analisar e planear a cidade como um todo, de modo a melhorar a sua eficiência, equidade e qualidade de vida dos cidadãos” onde a participação e a aposta em lógicas colaborativas predomina (Fernandes, 2016: 19-20).

decorrentes das medidas excepcionais de combate à crise económica, que emergem pela perda de direitos sociais (relativos ao trabalho, ao desemprego, ao acesso à saúde, etc.)” (Salgado, 2013: 44). Ver Giorgio Agamben (1998) e Marc Augé (2007).

7 A teoria neoliberal da inovação do economista Schumpeter está na base dos discursos da inovação promovidos pela “datacracia”. Valoriza-se o papel central do empresário nos processos de inovação. Segundo a teoria neoliberal, “os investimentos nas novas combinações de produtos e processos produtivos de uma empresa repercutem-se diretamente no seu desempenho financeiro de modo que o moderno empresário capitalista deve ocupar ao mesmo tempo um papel de liderança económica e tecnológica. O comportamento empreendedor, com a introdução e a ampliação de inovações tecnológicas e organizacionais nas empresas, constitui um factor essencial para as transformações na esfera económica e o seu desenvolvimento a longo prazo” (Andrade, 2005: 146).

A proposta deste novo urbanismo pode ser assim resumida: os movimentos de uso das novas tecnologias de forma colaborativa devem ser reinventados, pelos agentes públicos do urbanismo municipal e nacional, nas cidades inteligentes (em rede) de média e pequena dimensão (e nos aglomerados rurais que tendem cada vez mais a ser híbridos do urbano/rural) evitando as lógicas verticais de comunicação e de distribuição dos recursos de poder e de recursos materiais.

As cidades médias e pequenas inteligentes articuladas em redes, embora partilhem de problemas comuns aos grandes aglomerados populacionais, permitem uma outra lógica, referida por vários urbanistas e sociólogos, constituindo, até certo ponto, uma alternativa urbana mais sustentável.

“As cidades de pequena e média dimensão são [...] essenciais para evitar o despovoamento rural e o êxodo para as metrópoles e são indispensáveis para o desenvolvimento regional equilibrado, a coesão e a sustentabilidade do território europeu” (Vaz, 2013: 40).

Na perspetiva da Comissão Europeia,

“as características genéricas das cidades de pequena e média dimensão, em especial a sua escala humana, a qualidade de vida, a sociabilidade dos seus bairros, a sua integração geográfica e o seu carácter histórico, constituem em muitos aspetos um ideal de urbanismo sustentável” (European Commission, 2011: 4).

Acentua-se, como resposta provisória, a importância da dimensão política e institucional deste fenómeno, mostrando que a intervenção de uma cidadania ativa e criativa poderá ainda ter um papel relevante no novo urbanismo.

Nesse sentido, exige-se uma nova lógica institucional de urbanização que crie

“canais apropriados de comunicação e, principalmente, de participação da sociedade civil, para a sua manifestação crítica e reivindicatória, em relação às instituições públicas responsáveis pelo atendimento urbano. Uma forma realmente democrática seria o debate ao vivo entre um conselho comunitário e os administradores públicos, e não os velhos processos clientelistas ou os discursos em videoteipe” (Cano, 1989: 82).

A participação cidadã inteligente na gestão e planificação é, por todos os motivos referidos anteriormente, fundamental. “Embora ainda haja muitas incógnitas sobre como esse novo estágio de colaboração e coprodução será definido” (Gutiérrez-Rubí, 2017. Tradução nossa), torna-se também necessário incentivar uma real consciência ecológica sobre os efeitos da crise ambiental nas cidades, de forma a que a economia deixe de ser uma “vaca sagrada” intocável.

“O envolvimento, por meio do planeamento e gestão urbanos 'conscientes da crise climática', pode ajudar a alcançar as metas climáticas nacionais e minimizar as compensações entre as prioridades ambientais e económicas” (Kamal-Chaoui and Robert, 2009: 3. Tradução nossa).

O problema está em ser capaz de induzir um novo espírito comunitário no societal, em criar “comunidade” na “sociedade”, em dar a voz a uma nova geração de animadores e ativistas urbanos apoiados pela “Coisa Pública” (res pública), pela coisa comum⁸.

Existem já algumas pistas: a) formas participadas de urbanismo ligado à cidadania b) formas de cidades inteligentes de média e pequena dimensão utilizando as tecnologias de comunicação e informação não numa lógica de informação no sentido restrito de dados numéricos (“datacracias”), mas antes no sentido de criar condições de “comunicação” em comunidades tecno-eco-humanas mais sustentáveis tanto na dimensão ambiental como sociocomunitária (um híbrido do campo-cidade como já está a emergir com o movimento das hortas urbanas e os coletivos ligados à criação estética); c) movimentos coletivos info-ativistas (ou net-ativistas) que, numa lógica de paleo-política, criam comunidade no social urbano e começam a ser agentes ativos e empenhados⁹.

Assiste-se, nomeadamente nos meios urbanos, à emergência de uma “hiperpolítica que se transformou no prolongamento da paleo-política através de outros meios” (Slöterdijk, 1996: 79). Nas cidades em crise, emergem formas de cidadania de resistência fora dos quadros partidários formais, que promovem um uso das novas tecnologias da informação nas redes sociais que se aproveitam dos limites da representação política (Laclau, 1996: 84-104)¹⁰. Lash e Urry (1993) argumentam que os

8 Carlos Fortuna descreve estas novas associações como (micro)territorialidades ativas. “São lugares onde os usuários manifestam a sua recusa em ser recusados e desenvolvem estratégias de afirmação identitária alternativa. Muitos dos espaços vazios (material e socialmente) das cidades e metrópoles, situados à margem dos processos de regulação e ordenamento urbano, ao serem investidos de novas práticas e significados, constituem uma zona de indeterminação e contingência que funciona como (micro)territorialidade ativa, quer dizer, capaz de mobilizar energias e de produzir ação social. É neste sentido que podemos considerá-las visões dissidentes do social” (Fortuna, 2012: 202).

9 Ver o movimento “Cidades em transição”. O movimento de transição caracteriza-se pelo “reconhecimento de quatro questões fundamentais: 1. A transição para um estilo de vida pautado por consumos de energia drasticamente inferiores ao que estamos habituados irá ser inevitável, e é melhor planear para essa realidade do que ser apanhado de surpresa. 2. Presentemente, as nossas comunidades não têm suficiente resiliência que lhes permita lidar com os sérios choques, em termos de energia disponível, que se farão sentir, dado o ‘pico do petróleo’. 3. Há uma necessidade de agir de forma colectiva, e de agir agora. 4. Ao libertar a inspiração colectiva daqueles à nossa volta para que proactivamente possam planear o declínio de uso de energia, podemos criar modos de vida mais conectados, mais enriquecedores, e mais de acordo com os limites biológicos do nosso planeta” (Marques, 2009: 56).

10 Ver o uso inteligente e eficaz das redes sociais, (*Facebook*, *Whatsapp*, *SMS*, etc.) na divulgação das iniciativas, pelos coletivos estéticos na cidade de Braga. Entre 2012 e 2017, foram anunciados, na página do *Facebook* do “Projectil”, 158 eventos gratuitos, com contribuição monetária (ou outra) consciente, organizados pelo coletivo: concertos gratuitos de música, vídeo-concertos, concertos workshop, cinema, aulas, debates sobre feminismo, ateliers de costura, jantares, jantares de beneficência, feiras, leitura coletiva de poemas, torneios de ping-pong, oficina de malabares, defesa pessoal, skate, resistências artísticas, exposições de pintura, pintura ao vivo, pintura musicada, debates, jam sessions, *Djs*, etc. (Freitas et al. 2018, 46-53).

processos políticos de criação destes novos grupos urbanos envolvem uma identificação estética que ultrapassa as velhas fronteiras dos estados-nações e dos regionalismos. Critica-se a forma obscena de fazer política em que o cinismo e a manipulação, baseada no marketing político, dominam as esferas políticas locais afetando negativamente a governação urbana¹¹.

3. Um exemplo: o caso metatópico do movimento alternativo estético em Braga

No caso estudado na cidade de Braga, o coletivo “Projétil”, fundado em 2012 e que ocupa antigas instalações fabris, define como objetivos principais a intervenção artística e de

“desconformidade com a maioria dos movimentos artísticos organizados [existentes na cidade], e como tal oferece a oportunidade de conceber e exhibir obras artísticas no contexto das artes plásticas, da música, do cinema assim como participar em eventos sociais e culturais vocacionados para a comunidade” (Freitas et al., 2018: 25).

Noutras associações que funcionam de forma articulada, numa rede informal, pretende-se promover “a cidadania ativa e crítica” com atividades nas questões do género, LGBT, minorias (comunidade cigana) e no combate à instabilidade laboral e às políticas de austeridade” (Freitas et al. 2018, 25). Começaram, nos últimos anos, a surgir outros exemplos em “pequenos locais marginalizados [...] regressando aos primórdios da economia de trocas [diretas] de produtos e oferecendo sessões de cinema, concertos e “jam-sessions”, apelando a uma economia verde e ambientalista com menus vegetarianos, assim como espaços exteriores que promovem o contato com a natureza” (Freitas et al., 2018: 16), pequenas hortas urbanas ecológicas geridas em grupo e ligadas a pequenos “albergues” (geridos através do site *Airbnb*) com preços baratos para turistas alternativos, estudantes universitários do programa europeu *Erasmus*, pessoas marginalizadas (jovens precários), etc.

No essencial, pretende-se transformar os não-lugares das cidades em autênticos lugares humanizados onde se dá ênfase ao

“sentido da hospitalidade, à cooperação [...]. Parece tudo reger-se por normas marginais [...]: servirem vegetariano voluntariamente [cada participante entrega uma contribuição monetária consciente sem haver qualquer obrigação, numa lógica pré-moderna de 'dádiva'], pelos animais

11 “Sloterdijk dá-nos duas versões fortemente relacionadas do obsceno: o cinismo e o desprezo das massas, ambos caracterizam os modos de pensar dos “Últimos Homens”. Não estamos condenados à liberdade, como afirmou Sartre, mas à frivolidade. Žižek descreve como nos reduzimos do *homo sacer* ao niilista "*homo sucker*", que só está interessado no seu próprio direito à felicidade. O fracasso da comunidade internacional reflete apenas as consequências obscenas da ausência da “grande política”. Os políticos vivem num bordel semântico; eles não apenas têm de ouvir e falar as mentiras de sua própria casta, uma tagarelice carregada pelo discurso esterilizado de sociólogos e cientistas políticos, como também têm que lidar positivamente com a inconfundível presença da mentira” (Tuinen, 2006: 9. Tradução nossa).

que faziam parte do público, como sendo algo natural. Havia um cão, lembro-me de ver um cão na plateia, como se nada fosse” [excerto de uma entrevista] (Freitas et al., 2018: 59).

Tudo “funciona como uma espécie de família, em que cada um oferece o que pode, seja em capacidades artísticas, seja como mão de obra” (Freitas et al., 2018: 60).

Existem indícios de que, para além das utopias ou distopias, a metatopia permite uma espécie de otimismo pessimista. A “metatopia”, ao contrário das utopias e das distopias, é um mundo possível a partir do que existe, baseado no presente, no tempo que se vive aqui e agora. Na metatopia,

“o mundo possível representa uma fase futura do mundo real presente: e por mais estruturalmente diverso do mundo real que seja, o mundo possível é possível (e verosímil) porque as transformações nele operadas mais não fazem que completar linhas de tendência do mundo real” (Eco, 1989: 202).

A ideia de metatopia pode ser vista como uma negação “utópica” que não se distancia da realidade. O que existe é um ponto de partida para um trabalho paciente em rede que pouco a pouco cria a utopia no aqui e agora. Seria, de um certo modo, uma estética política como tendência ou impulso: uma nostalgia ativa de um mundo mágico onde técnica e religião não estariam separadas (Neves 2013). Segundo Teresa Mora, a arte política seria uma “arte que, ao operar ações que se pensam como ações de negação/crítica do mundo em que vivemos, incorpora, com uma intensidade e um potencial alternativo variáveis, o elemento de ruptura e abertura que designo por impulso utópico” (Mora, 2017: 136).

4. Questões em aberto

Sintetizando o que se disse anteriormente, deve-se caminhar para uma outra urbanidade porque o

“modelo atual assente nas energias fósseis, num crescimento contaminador, numa produção quantitativa, produtora de uma crescente poluição exige uma vocação transdisciplinar capaz de criar novas metodologias para que a intervenção profissional se situe numa articulação ético-política. Ecosófica, como diria Guattari, entre os três registos ecológicos: o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjectividade humana” (Vaz, 2017).

A forma de enunciar as cidades e os territórios baseada na datacracia, e no modelo tradicional das “cidades inteligentes”, “tende a ser antagónica das cidades participadas e de cidadania” (Vaz, 2017).

Há, na verdade, um discurso *soft* verde, uma operação de cosmética, que aparece na linguagem dos gestores das grandes empresas e de muitos dirigentes políticos que foi adotado globalmente no discurso de um urbanismo dito “neutral” das “cidades inteligentes”¹². A questão da sustentabilidade, a eminência do perigo anunciado pelo filme *Blade Runner*, envolve uma redefinição do papel das cidades, um repensar da aposta nas *Smart Cities* da datacracia, devido aos seus efeitos negativos catastróficos no equilíbrio do planeta¹³.

Posto isto, formulam-se algumas questões emergentes com o fenómeno das cidades inteligentes e o exército de precários criado pela crise do sistema de emprego.

Qual é a relação do novo urbanismo com o fenómeno da precariedade de muitos jovens? Como vimos atrás, no exemplo do coletivo “Projétil”, encontramos ativistas sociais, muitos deles precários ou desempregados, que adoptam uma estética política não ligada aos partidos políticos tradicionais. Procuram alternativas fora dos circuitos do *mainstream* da criação cultural em espaços onde se sentem reconhecidos e se apoiam mutuamente utilizando, de forma neo-tribal ou paleo-política, as redes sociais, promovendo o “comum” [*commoning*]. Segundo os entrevistados do “Projétil”, os seus membros “afastam-se de conceitos políticos o máximo possível”, não tendo “nenhuma ideologia que queira ser política. [...] É o contrário disso: ires lá [ao “Projétil”] e libertares-te dessas merdas [da política]” (Freitas et al., 2018: 30. Itálicos nossos).

Assistimos à emergência, como ator urbano não apenas nas grandes cidades mas igualmente nas cidades médias e pequenas, da figura do movimento de resistência urbana dos “precários” no seu sentido mais lato. Pode-se falar de um conceito de precariedade que alarga o seu alcance populacional. Ser precário abrange também a forma subjetiva como se sente o trabalho (assalariado ou não) com altos níveis de exigências de produtividade e *stress* laboral. Nestes casos, a relação com o trabalho assalariado seria subjetivamente precária, levando os sujeitos sociais a procurarem alternativas. Serão, de algum modo, uma espécie de novos precários que encaram essa precariedade, não como uma tragédia, como vítimas, mas como um campo de possibilidades. São talvez criadores de uma metatopia, procurando alternativas de vida fora do trabalho assalariado (Vargas, 2016: 313).

12 Tal como defende Catarina Patrício (2017, Tradução nossa), “as cidades inteligentes não podem ser uma operação cosmética. Mas antes a resposta para um problema real: a sustentabilidade geral do planeta Terra”.

13 “Paolo Deganello, que defende um modelo de cidade assente na renovação do património edificado, em detrimento da expansão para territórios desocupados da periferia, que podem ser usados para a prática da agricultura. Itália, referiu, tem o recorde negativo de excesso de construção na Europa: 8% contra a média europeia de 4,7%. Para o arquitecto italiano, é urgente parar com a “cimentificação” de terras agrícolas, medida prevista pela Comissão Europeia a ser posta em prática até 2050. Deganello idealiza uma cidade construída em formato circular, com ligações que partem do centro para toda a periferia, toda ela composta por áreas verdes” (Vieira, 2016).

Uma metatopia baseada no conceito de “dádiva” definido pelo antropólogo Marcel Mauss (2007). Partindo dos estudos da etnografia, Mauss verificou que os sistemas de obrigações nas “sociedades arcaicas” assentavam no que ele designou de dádiva, tendo aspectos paradoxais de uma obrigação de dar livre ou espontaneamente, de receber e de retribuir de modo a criar e a manter relações de aliança. Sugeriu a hipótese de essa dádiva ser universal.

No entanto, as sociedades onde predominam as trocas contratualizadas tendem a não valorizar a dádiva, tendo como ponto de partida os sistemas de troca e equivalência (Mauss, 2007)¹⁴. De certa forma, o desejo egoísta do lucro que se opõe à dádiva, pode, como está a acontecer nas grandes cidades e na perspectiva tecnocrata das “cidades inteligentes”, inviabilizar o sentido do comum [*commoning*], tornando muito difícil a convivência em sociedade.

“O Prémio Nobel de Economia de 1998, [...] o indiano Amartya Kumar Sen, [...] até porque conhece “por dentro” uma “civilização da dádiva”, como a indiana, pôde [...] reconhecer que o desejo egoísta do lucro não só é incapaz de fundar qualquer sociedade, mas tende, justo ao contrário, a inviabilizá-la” (Lanna, 2000: 176)¹⁵.

Uma visão que se opõe “à imagem dominada pela tecnologia das cidades inteligentes”. Na cidade alternativa, o fundamental seria o conceito de comum [*commoning*]: “os cidadãos compartilham, moldam e mantêm juntos o seu espaço de vida baseado nos princípios da economia compartilhada e da democracia direta, mais do que na base da tecnologia” (Bosch, 2017: Tradução nossa). Um dos exemplos mais citados: “as iniciativas dos moradores para impor um uso alternativo da terra no antigo aeroporto de Tempelhof, em Berlim” (Bosch, 2017. Tradução nossa).

Como defende Adam Greenfield,

“em vez de nos dedicarmos a melhorar a inteligência das cidades, talvez devêssemos inverter a premissa e nos perguntar como a intervenção tecnológica poderia apoiar o surgimento de inteligências, de sujeitos e subjetividade nas cidades” (Berardi, 2017: 283).

14 No capitalismo, como dizem os economistas, “não há almoços grátis”. No entanto, nestas experimentações existe a dádiva, “almoços grátis” para os que mais necessitam, sem se cair no assistencialismo assimétrico, na falsa caridade.

15 Um exemplo concreto da civilização indiana da dádiva e da partilha. “Uma cidade inteligente [*smart city*] na Índia é algo completamente diferente de uma alemã. Nas cidades indianas, o compartilhamento [*commoning*] é bastante comum: grandes partes das cidades são autoconstruídas, implantando uma lógica diferente da dos planeadores e arquitetos. [...] Aqui está um tremendo desafio para o planeamento urbano: adaptar o tecido existente das comunidades locais, ao invés de destruí-lo, como aconteceu na China e em muitos outros lugares” (Bosch, 2017, Tradução nossa).

Referências

- Agamben, Giorgio. 1998. *O Poder Soberano e a Vida Nua*. Lisboa: Editorial Presença.
- Agamben, Giorgio. 2013. “Benjamin e o Capitalismo.” <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/520057-benjamin-e-o-capitalismo-artigo-de-giorgio-agamben>
- Andrade, Thales. 2005. “Inovação e Ciências Sociais em busca de novos referenciais.” *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 20 (58): 145–156.
- Antunes, Luiz G. 2017. “The datacracy threat: Information asymmetries leading to power imbalances.” Accessed November 5, <http://www.luli.com.br/datacracy/#3>
- Augé, Marc. 2007. *Não-lugares: Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Lisboa: 90 Graus Editora.
- Berardi, A. 2017. “Against the Smart City.” *Revista ECO-PóS*, 20 (3): 277–283. doi:<http://dx.doi.org/10.29146/eco-pos.v20i3.14481>
Blade Runner (Ridley Scott, 1982).
- Bosch, Herman. 2017. “If smart city is the solution, what was the problem?” <http://smartcityhub.com/governance-economy/if-smart-city-is-the-solution-what-was-the-problem/>
- Braga, José L. 2008. “Comunicação, disciplina indiciária.” *MATRIZES*, 2: 73–88.
- Cano, Wilson. 1989. “Urbanização: sua crise e revisão de seu planejamento.” *Revista de Economia Política*, 9 (1): 62–82. <http://www.rep.org.br/pdf/33-5.pdf>
- Domingues, Álvaro. 2018. “Território, planeamento e outras ficções.” *TPU Território, Planeamento e Urbanismo*, 1: 7–29. <http://revistas.ua.pt/index.php/tpu/article/view/6218/4799>
- Eco, Umberto. 1989. *Sobre os Espelhos e Outros Ensaios*. Lisboa: Difel.
- European Commission, DG Regional Policy. 2011. *Cities of Tomorrow. Challenges, visions, ways toward*. http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/studies/pdf/citiesoftomorrow/citiesoftomorrow_final.pdf
- Fernandes, Maria T. 2016. *Cidades Inteligentes: Um novo paradigma urbano. Estudo de caso da cidade do Porto. Dissertação de mestrado*. Porto: Universidade Católica Portuguesa. <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/21641/1/Tese%20cidades%20inteligentes%20-%20estudo%20de%20caso%20.pdf>
- Fortuna, Carlos. 2012. “(Micro)territorialidades: metáfora dissidente do social.” *Revista Terr@ Plural*. 6 (2): 199-214.
- Freitas, Ana, Juliana Pereira, Vânia Alves and Vera Sousa. 2018. *Práticas Alternativas em Braga: o caso do “Projectil”*. Braga: Universidade do Minho.
- Gutiérrez-Rubí, Antoni. 2016. *Smart Citizens. Ciudades a escala humana*. https://www.gutierrez-rubi.es/newsite/wp-content/uploads/2017/11/Antoni-GR_Libro_-Smart-CitiZens.pdf.
- Kamal-Chaoui, Lamia and Alexis Robert (eds). 2009. “Competitive Cities and Climate Change.” *OECD Regional Development Working Papers*. 2.
- Laclau, Ernesto. 1996. “Power and Representation.” In *Emancipation(s)*, edited by Ernesto Laclau. London: Verso Books, 84–105.

- Lanna, Marcos. 2000. “Nota sobre Marcel Mauss e o ensaio sobre a dádiva”. *Revista de Sociologia Política*, 14: 173–194.
- Lash, Scott and John Urry. 1993. *Economies of Signs and Space*. London: Sage.
- Marques, Tomás. 2009. “Crise Mundial: Oportunidade de Transição”. *Biosofia*, 52–59.
- Mauss, Marcel. 2007. *Essai sur le don, Forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques*. Paris: PUF [Ed. original: 1923–1924].
- Miranda, José B. 2015. “Todos têm uma visão napoleónica da política enquanto estão em casa a ver televisão.” *Jornal de Negócios*, January 15, 2015. https://www.jornaldenegocios.pt/weekend/detalhe/jose_braganca_de_miranda_todos_tem_uma_visao_napoleonica_da_politica_enquanto_estao_em_casa_a_ver_televisao
- Mora, Teresa. 2017. “*House on Fire*: um caso de arte política e colaborativa.” *Comunicação e Sociedade*, vol. 31: 133–147.
- Neves, José P. 2013. “Aceleração Esteticista ou Estética Política?” *interact. Revista Online de Arte, Cultura e Tecnologia*. 20. <http://interact.com.pt/20/aceleracao-esteticista/>
- Rodrigues, Jacinto. 2011. “Desenvolvimento e sustentabilidade ecológica.” *Revista Angolana de Sociologia*. 7: 35–42.
- Patrício, Catarina. 2017. “Governmentality and Utopicity: a Critique of Smart Cities.” http://www.encontrociencia.pt/files/A4_51400_s4_2_Catarina%20Patr%DDcio_Co_@.pdf
- Salgado, Ricardo S. 2013. “O habitat de significado do não-lugar como espaço político e performativo concreto”. *Sociedade e Cultura*, 16 (1) Janeiro/Junho: 37–46.
- Slöterdijk, Peter. 1996. *No Mesmo Barco: Ensaio sobre a hiperpolítica*. Lisboa: Século XXI.
- Tuinen, Sjoerd V. 2006. “The Obscene Voice. Terrorism, Politics and the End of Representation in the Works of Baudrillard, Žižek and Sloterdijk”. In *Pli. Warwick Journal of Philosophy*. 17 May: 38–60.
- Vargas, Francisco B. 2016. “Trabalho, emprego, precariedade: dimensões conceituais em debate” in *Cad. CRH* [online]. 29 (77): 313–331. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792016000200008>
- Vaz, Domingos M. 2013. “Reestruturação territorial e mobilidade em contexto de baixa densidade: a região da Beira Interior em Portugal”. *Configurações*. 11: 25–42.
- Vaz, Domingos M. 2017. “Repensar a ecologia no urbanismo contemporâneo”. In *Eu sou tu. Experiências eco-críticas*. edited by Ilda T. Castro, José P. Neves, Paula V. Mascarenhas, Pedro R. Costa and Virginia Román. Guimarães: Observalicia.
- Vieira, André. 2016. “Da cidade 'ovo estrelado' à cidade 'ovos mexidos’”. *Público*. June 29, 2016. <https://www.publico.pt/2016/06/29/culturaipsilon/noticia/arquitectura-1736784>.

José Pinheiro Neves (n. 1957) é um sociólogo nascido no Porto, Portugal. Doutoramento em Sociologia (2005) na Universidade do Minho e Pós-Doutoramento em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa (2015). Foi Professor visitante na Universidade de Ciências e Artes de Chiapas, México (2012). Foi um dos fundadores (2010) e é o vice-presidente de um observatório interdisciplinar sobre as relações entre a tecnologia e a ecologia (<https://observalicia.wordpress.com/>). Criador do blogue “Ecosofia nas Redes Digitais” (<http://ecosophyondigitalnetworks.blogspot.pt/>). Tem organizado vários Simpósios e Encontros sobre Ecosofia e Ecologia. É atualmente professor no Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, investigador do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade e Mestrando em Agricultura Biológica na Escola Superior Agrária de Ponte de Lima.

José Pinheiro Neves (born 1957) is a sociologist born in Oporto, Portugal. PhD in Sociology (2005) at the University of Minho and Post-Doctorate in Communication Sciences at New Universidade of Lisboa (2015). He was Visiting Professor at the University of Sciences and Arts of Chiapas, Mexico (2012). He was one of the founders (2010) and he is the vice president of an interdisciplinary observatory on the relationship between technology and ecology (<https://observalicia.wordpress.com/>). Creator of the blog «Ecosophy on Digital Networks» (<http://ecosophyondigitalnetworks.blogspot.pt/>). He organized several Symposiums and Meetings on Ecosophy and Ecology. He is currently professor in the Department of Sociology of the Institute of Social Sciences of the University of Minho, researcher of the Centre for Communication and Society Studies and master's degree student in Organic Farming at the Higher School of Agriculture of Ponte de Lima.

Artigo por convite

Article by invitation